

BOLETIM INFORMATIVO

Informativo / CILSJ / CBH Macaé [Janeiro - 2020]



**Macaé
terá Plano
de Saneamento
financiado
pelo Comitê**

UM NOVO PLANO PARA O FUTURO

O Comitê de Bacia irá financiar a revisão do Plano de Saneamento de Macaé. Com a ajuda da população, o documento terá metas para os próximos 20 anos. Um passo fundamental para colocar o desenvolvimento no caminho da sustentabilidade.

Comitê de Bacia dá início à revisão do Plano de Saneamento

Empresa especializada foi contratada para elaborar o planejamento para os próximos 20 anos



Comitê aprovou aporte financeiro para elaboração de documento que vai projetar ações para 20 anos

Foi apresentado em dezembro o cronograma de etapas da revisão do Plano de Saneamento de Macaé. A apresentação foi feita durante a reunião plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras, realizada no Centro Administrativo Luiz Osório, no centro de Macaé. Entre as etapas haverá estudos técnicos e audiências públicas com a população.

Levando em consideração a necessidade de atualizar o Plano de Sane-

amento de Macaé, o Comitê aprovou um aporte financeiro para a elaboração do documento, que vai estipular etapas para os próximos 20 anos.

A revisão do plano será feita pela Serenco, empresa especializada de Curitiba (PR), que foi contratada em concorrência promovida pelo Consórcio Intermunicipal Lagos São João, entidade executiva do Comitê Macaé, no valor de R\$ 943 mil, com verba do Fundo Estadual de Recur-

sos Hídricos (FUNDRHI). A contratação foi feita em novembro e a empresa tem 12 meses para a conclusão do trabalho.

Segundo Bruno Abreu, sócio da Serenco e gestor deste contrato, o documento irá conter diagnóstico da situação atual e cronograma de ações futuras para o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, limpeza urbana e a destinação de resíduos.



O presidente do Comitê ressalta que o plano é uma ferramenta importante para a tomada de decisões

Segundo Bruno Abreu, sócio da Serenco e gestor deste contrato, o documento irá conter diagnóstico da situação atual e cronograma de ações futuras para o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, limpeza urbana e a destinação de resíduos.

– O plano é exigido pela legislação. Sem ele a cidade não consegue receber verbas federais para o saneamento. Esses estudos vão colaborar para a melhoria do abastecimento de água, dar uma destinação correta ao esgoto, implementar efetivamente a coleta seletiva de lixo e amenizar o problema das enchentes – afirmou Bruno, des-

tacando que a Serenco é altamente capacitada para o trabalho, com experiência na realização de planos de saneamento em todo o Brasil, como por exemplo em Brasília, que tem população aproximada de 3 milhões de habitantes.

O presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica, Rodolfo Coimbra, destaca a importância de financiar a elaboração de um plano para o futuro de uma das maiores cidades do interior do estado, que vem crescendo e se transformando em virtude do forte processo de industrialização.

– Trabalhando com a política de

recursos hídricos, o Comitê espera alcançar objetivos regionais para que toda a população tenha água em quantidade suficiente e em boa qualidade. Quando o Comitê financia o Plano de Saneamento, é porque sabe que este planejamento foi negligenciado por décadas em Macaé, e vemos o plano como uma ferramenta para para a tomada de decisões. Não podemos esquecer que o desenvolvimento da cidade tem que levar em conta as questões sociais e ambientais, ou seja, como a população e os ecossistemas vão ser atingidos frente ao desenvolvimento econômico iminente – diz Rodolfo.

Comitês contra desmonte da política de recursos hídricos

Projeto de Lei retira dinheiro da gestão das águas

Os Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, junto a organizações públicas e privadas, universidades, entidades de classe e outras representações da sociedade, se uniram contra o Projeto de Lei 1.713/2019, que foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado (Alerj). A nova lei desvincula receitas e muda regras do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI).

Na prática, a medida proposta pelo Governo do Estado desmonta o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.

A nova lei desvincula 16 Fundos Estaduais, entre eles o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) e o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), abrindo a possibilidade para que os recursos, que devem ser empregados exclusivamente na gestão das águas e na conservação do meio ambiente, sejam usados para outros fins.

Segundo o presidente do Comitê de Bacia Lagos São João, que abrange 12 municípios da Região dos Lagos e da Baixada Litorânea, Leandro Coutinho, a proposta compromete as políticas públicas em andamento.

– Isso compromete todas as ações dos Comitês, principalmente porque o Estado do Rio é uma referência em gestão de recursos hídricos. A retirada de recursos vai complicar muito os Comitês e vai afetar todos os projetos – considera ele, reclamando que não houve debate sobre o tema antes da votação.

– O pior de tudo é que, sempre quando se propõe algo que vai alterar a dinâmica de todo um setor, esse se-



Medida desmonta o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos

tor participa de um debate e manifesta suas opiniões. Desta vez, não teve nada disso. Foi algo de cima para baixo, sem nenhum debate e que pegou a todos de surpresa – diz ainda.

Já para o presidente do Comitê de Bacia dos rios Macaé e das Ostras, que abrange seis cidades das regiões Norte, Serrana e Baixada Litorânea, Rodolfo Coimbra, a situação dos re-

ursos hídricos no estado, que já é preocupante em relação aos próximos anos, poderá ficar “definitivamente comprometida”.

– Creio que o futuro, que já é incerto em relação aos recursos hídricos do Estado do Rio, pode ficar definitivamente comprometido em curto prazo, uma vez que não haverá recursos necessários para gerir o sistema – declara.



Nos comitês da Bacia, sociedade se reúne em fóruns para tomar decisões sobre os recursos hídricos

Os Comitês da Bacia são fóruns que reúnem a sociedade na tomada de decisões sobre a gestão de recursos hídricos. As políticas aprovadas nos Comitês são financiadas pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que, por sua vez, é munido com uma parcela da cobrança pelo uso da água. Ou seja, o sistema obriga que parte do valor arrecadado com a cobrança da água volte à sociedade em forma de investimentos em saneamento, tratamento de água, projetos de educação ambiental e outras finalidades.

– Com essa lei, o dinheiro destinado para a gestão das águas e do saneamento poderá ser usado em qualquer outra área, até mesmo em pagamento de funcionários do governo. Isso fere todos os princípios legais apontados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – afirma Adriana Saad, secretária executiva do Consórcio Intermunicipal Lagos São João.

O Consórcio é a entidade delegatária do Comitê Lagos São João e do Comitê de Bacia dos rios Macaé e das

Ostras. Como os Comitês são fóruns da sociedade, eles não podem realizar a contratação de serviços. Por isso, as políticas definidas nos Comitês são executadas por uma entidade delegatária, que é o caso do Consórcio. Segundo Adriana, a medida desestrutura todo o sistema.

– Basta dizer que, do valor arrecadado em saneamento, 70% precisa ser aplicado em novos projetos de saneamento. Todos conhecem a enorme necessidade de novos projetos de saneamento nos municípios do interior do Rio. Essa nova lei poderá desestruturar todo o sistema e impedir novos projetos – explica Adriana.

Segundo nota técnica do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas, “inúmeros projetos e obras de engenharia para conservação e restauração das águas são planejados e aprovados pelos Comitês de Bacia em curto, médio e longo prazos e são financiados com recursos do FUNDRHI”. Diz ainda que “para isso é necessária uma garantia financeira de

médio e longo prazos, através de um fundo de recursos, a fim de sustentar a continuidade dos projetos e obras”.

– Na última experiência de crise hídrica (2014/2015) vivida pelos estados da região sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, a articulação dos órgãos gestores de Recursos Hídricos desses estados foi fundamental para a convergência de soluções que minimizaram os impactos da escassez hídrica para a população que dependem do rio Paraíba do Sul, principal fonte de abastecimento para a população fluminense. A quebra do financiamento pelo FUNDRHI de obras de saneamento terão impactos irreversíveis na questão da saúde pública, alertando-se para um recrudescimento dos índices de doenças de vinculação hídrica (diarréias, hepatites, etc) além da proliferação das arboviroses como dengue, chikungunya e zika, que assolam várias regiões do estado e a nossa população – diz ainda a nota do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas.

20 ANOS DE CONSÓRCIO

Há 20 anos, uma verdadeira união da sociedade mudava os rumos da política ambiental no Estado do Rio de Janeiro

Há 20 anos, uma verdadeira união da sociedade mudava os rumos da política ambiental no Estado do Rio de Janeiro. O Consórcio Intermunicipal Lagos São João é um divisor de águas. A entidade foi criada em 1999 com a missão de promover políticas públicas de forma compartilhada entre o Governo do Estado e os 13 municípios consorciados.

Uma das principais missões foi a de promover ações para a recuperação da Lagoa de Araruama, que, na época, se encontrava intensamente contaminada.

Após 20 anos de atuação, os índices mostram que as políticas implementadas foram essenciais para a recuperação do ecossistema.

Além disso, desde 2012, o Consórcio atua como parte do Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos, no papel de Entidade Delegatária, com funções de agência de água, atendendo ao Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e ao Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras.

Desta forma, a atuação do Consórcio compreende a Região dos Lagos e partes da Baixada Litorânea e da Região Serrana.

Em sua abrangência estão as bacias hidrográficas do Rio São João, do Rio Una, da Lagoa de Araruama e da Lagoa de Saquarema, que compõem a Região Hidrográfica Lagos São João (RH VI do Estado do Rio), assim como as bacias hidrográficas



Entidade foi criada em 1999 e conta com 13 municípios consorciados

do Rio Macaé, do Rio das Ostras e da Lagoa de Imboassica, que compõem a Região Hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras (RH VIII do Estado do Rio).

Entre as atuações do Consórcio estão:

- Secretaria executiva de Comitês de Bacia Hidrográfica
- Apoio técnico às prefeituras para gestão ambiental municipal;
- Apoio a implementação das Políticas de Recursos Hídricos;
- Representação regional na Agência Reguladora de Energia e Saneamento;
- Apoio à gestão das unidades de conservação inseridas em sua área de atuação;

- Articulação institucional para o desassoreamento de canais e lagoas costeiras;

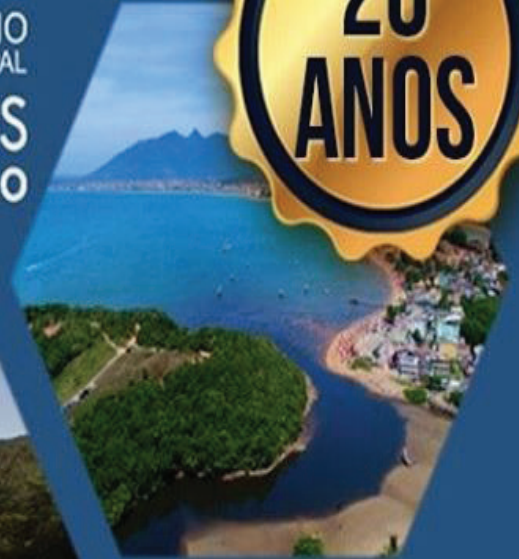
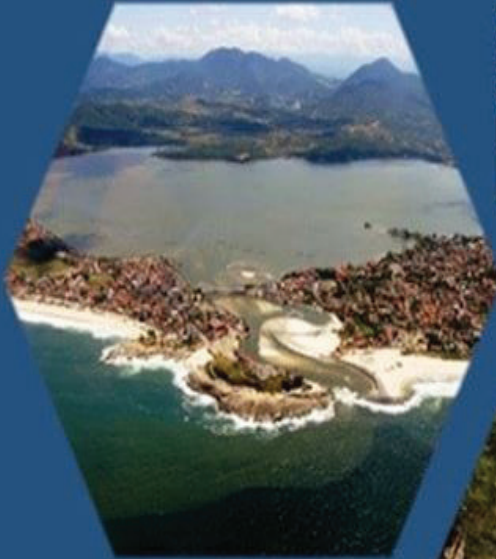
- Fomento a estudos e projetos técnicos científicos;

- Apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico;

- Apoio aos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica;

- Monitoramento da Qualidade da Água em sua área de atuação

Municípios consorciados: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.



Comitê na internet

Curta nossa página no Facebook e acesse o nosso site!

www.cbhmacae.eco.br/site/
www.facebook.com/cbhmacae/

